

# Boas Práticas de Combate ao TRABALHO INFANTIL



## Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados Brasileira

### ANTECEDENTES

A história do combate ao trabalho infantil na indústria de calçados brasileira remonta ao ano de 1992, quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizou diversos estudos de caso no país sobre a questão do trabalho infantil, além de promover um debate amplo sobre o tema em diversas regiões.

Por meio de um programa de ação intitulado “Orientação de Crianças Trabalhadoras na Indústria e Outros Setores: Capacitação de Sindicalistas e Conscientização da Sociedade”, a CUT estabeleceu como prioridade o combate ao trabalho infantil no setor do calçados de Franca, devido à tradicional presença do trabalho infantil neste setor.



A cidade de Franca está localizada na região noroeste do Estado de São Paulo, situando-se a 400 Km da capital paulista. Emprega 50% de sua população economicamente ativa no setor industrial, sendo que mais da metade de sua população tem uma renda mensal acima de quatro salários mínimos. Franca era e ainda é conhecida como o pólo da produção industrial de calçados masculinos do país.

A incidência de trabalho infantil nesta cidade se explicava, principalmente, em função da crença cultural local de que por meio do trabalho as crianças se desenvolvem melhor e se preparam adequadamente para a vida madura. A continuidade desta prática era defendida como uma oportunidade, para a criança, de ser iniciada em um ofício que lhe poderia ser útil no futuro. Além do mais, muitos acreditavam ser importante ocupar o tempo ocioso destes jovens, de modo a atuar preventivamente frente às opções de marginalidade.

Além destes aspectos, é importante ressaltar que um estudo realizado pela Faculdade de Saúde Pública e pela Escola de Enfermagem, ambas da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com a FUNDACENTRO, sobre o trabalho terceirizado na indústria de calçados de Franca, demonstrou que a prática adotada pelo empresariado local, de incentivar o trabalho doméstico por meio de bancas terceirizadas, era uma estratégia rentável do próprio processo produtivo. Segundo esta investigação, o objetivo dos empresários era evitar despesas com instalações bem como com encargos sociais de seus funcionários.

Em sua primeira fase, o projeto CUT – IPEC/OIT realizava a capacitação de sindicalistas, bem como ações de mobilização local e regional contra o trabalho infantil. Foi então realizada, no âmbito deste escopo de ações, uma pesquisa para identificar a situação do trabalho infantil no setor calçadista de Franca.

O estudo tinha como objetivo investigar as condições nas quais o trabalho infantil se realizava, a quantidade de crianças que estavam envolvidas, a identificação dos empregadores, bem como a reação dos pais, da escola e dos empregados diante do conhecimento da condição de ilegalidade do trabalho infantil. Esta ação obteve êxito e foi publicamente apoiada pelo ministro do Trabalho e Emprego.

Como consequência, estabeleceu-se uma parceria entre o Sindicato dos Sapateiros de Franca e a CUT para a implantação de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da sociedade sobre o trabalho infantil nos processos de terceirização e quarterização da produção de calçados. A formalização desta parceria deu-se por meio da assinatura de um convênio entre o Sindicato dos Sapateiros, a CUT e o IPEC/OIT.

Como resultado desta investida inicial, a Prefeitura Municipal de Franca registrou, por meio de seu setor de informática, a existência de 1063 “bancas” de pesponto e costura manual na produção de calçados. Essas bancas eram o resultado de um fenômeno de terceirização do setor, que era caracterizado por um tipo de trabalho realizado em ambientes improvisados, pequenos e mal-ventilados, comumente instalados em casas particulares, sendo nesta fase de produção que se utilizava o trabalho infantil.

Apesar de que os dados informavam um número elevado de bancas, estimava-se que o número real dessas instalações precárias fosse ainda maior, pois as bancas clandestinas poderiam corresponder, segundo estimativas da própria prefeitura, a 60% da produção de calçados na região. Obviamente, esta situação de clandestinidade favorecia o uso indiscriminado de mão-de-obra infantil.

De fato, a ilegalidade desta situação dificultou o estabelecimento de mecanismos de controle de riscos de trabalho, incluindo os acidentes constantes que foram registrados devido às condições precárias de trabalho e à não adequação da mão-de-obra infantil para as atividades que lhes eram exigidas.

A cadeia de produção de calçados se divide em diversas etapas. A seção de pesponto é considerada a mais importante entre todas as etapas de fabricação de calçados, uma vez que nela, as peças de couro que compõem a parte superior do sapato são agrupadas, costuradas e coladas. É exatamente nesta etapa que se inicia o processo de terceirização.

O estudo da USP e da FUNDACENTRO, além de abordar os aspectos mais amplos do problema, detectou um outro problema grave relacionado à existência de crianças trabalhando em bancas de calçados: o uso da cola. Esta substância, utilizada na produção terceirizada e quarteirizada de calçados, pode provocar danos no sistema respiratório, gastro-intestinal e nervoso após períodos prolongados de contato com o produto, sendo um fator inibidor do pleno desenvolvimento das crianças.

A partir de uma série de denúncias sobre esta exploração da mão-de-obra infantil na produção de calçados de Franca e do impacto que estas denúncias causaram, os empresários começaram a atentar para a ameaça de uma queda nas vendas diante das possíveis repercussões do problema no cenário nacional e internacional. A única alternativa à sua frente era mudar radicalmente sua postura frente ao tema.

A primeira consequência da atuação conjunta entre CUT e IPEC/OIT foi a instalação do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil da Cidade de Franca, ainda no ano de 1993. Este Fórum visava permitir a discussão dos problemas do trabalho infanto-juvenil na região bem como facilitar a elaboração de resoluções possíveis. Embora tenha funcionado por muito pouco tempo<sup>1</sup>, o Fórum constituiu-se como um marco que sinalizou o volume de acontecimentos que estava por vir.

Em 1994, o Sindicato dos Sapateiros, o UNICEF e a OIT/IPEC, realizaram uma pesquisa quantitativa nas escolas de Franca sobre o assunto. A pesquisa foi conduzida pelo Departamento de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), tendo sido identificadas, em 16 escolas da rede pública de ensino de primeiro grau, 1.561 crianças entre 7 e 14 anos que trabalhavam, sendo que 73% delas estavam engajadas na produção de calçados. Apesar das longas jornadas de trabalho e a da baixa remuneração, 94% das crianças entrevistadas afirmaram que gostavam de trabalhar.

Logo após a divulgação dos resultados desta terceira pesquisa realizada na cidade de Franca, os acontecimentos até então registrados começaram a semear uma nova discussão que encontrou ecos em um processo de investigação e mobilização análogo, iniciado na Região do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, onde também se registrava a existência de um contingente significativo de crianças trabalhando no setor calçadista.

No Vale dos Sinos, inicialmente, foram promovidos vários seminários e reuniões técnicas que contaram com a participação de atores locais e nacionais, dentre os quais representantes da Sub-Delegacia Regional do Trabalho, da Prefeitura Municipal, de organizações de trabalhadores da região e também da CUT. Estas reuniões tinham como objetivo analisar a situação das crianças trabalhadoras nas duas principais cidades do Vale: Novo Hamburgo e Dois Irmãos.

Novo Hamburgo é a maior cidade da região, situando-se a apenas 40 Km de Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul. Sua economia desenvolveu-se recentemente por meio da produção e exportação de calçados, compondo o que hoje se chama setor coureiro-calçadista. A cidade possui um caráter mais cosmopolita, diferindo um pouco das características de cunho mais provincial de São Miguel de Dois Irmãos, município hoje conhecido apenas como Dois Irmãos.

Por sua vez, Dois Irmãos situa-se na entrada da Serra Gaúcha e ostenta um vasto patrimônio cultural entre igrejas, museus e festas tradicionais. Nas últimas décadas a cidade também tem concentrado sua produção econômica no setor de fabricação de calçados, embora este caráter industrial não tenha alterado a característica principal da cidade cuja economia ainda está baseada no setor primário.

Uma análise da história da região e das transformações de seu cenário revela uma mudança brusca no nível da atividade industrial e, portanto, no setor econômico, no início dos anos 90. Esta época é marcada pelo apogeu da produção coureiro-calçadista, que gerou um aumento no número de empregos criados pelo setor. Mas, a partir de 1994, a rápida valorização da moeda brasileira determinou uma queda de competitividade do produto nacional no mercado global. O quadro seguinte foi de quebra de um número elevado de empresas, que foram levadas a demitir seus funcionários.

<sup>1</sup> Este Fórum se dissolveu ainda no final de 1993.

Reuniões  
analisaram a  
situação das  
crianças  
trabalhadoras  
nas duas  
principais  
cidades do Vale:  
Novo Hamburgo  
e Dois Irmãos



De fato, esse período de crise foi evidenciado pelo aumento do desemprego e da terceirização e quarteirização da mão-de-obra pelas indústrias na região. A consequência deste processo foi a redução da renda média familiar, que gerou um aumento expressivo no número de crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho, provavelmente com o objetivo de suplementar a renda familiar perdida. Verificava-se ainda um grande aumento no número de crianças vivendo nas ruas, o que acarretou diversos problemas sociais.

Diante deste quadro, um conjunto de atores interessados na proteção dos direitos das crianças e adolescentes decidiu realizar, na cidade de Dois Irmãos, em agosto de 1995, o 1º Seminário dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes neste seminário representantes da CUT Nacional, da FEBEM de Porto Alegre, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Calçado, do Centro de Apoio aos Meninos de Rua (CEAMEM), entre outros.

Alguns meses após a realização deste Seminário, em dezembro de 1995, realizou-se, também em Dois Irmãos, um novo evento sobre as crianças e adolescentes trabalhadores com o objetivo de instituir um Fórum Permanente de Erradicação do Trabalho Infantil na Região do Vale dos Sinos<sup>2</sup>. Esta atividade contou com a presença de mais de 70 participantes, entre representantes de entidades sindicais, de federações de trabalhadores, de entidades não-governamentais, de organizações de professores, de conselhos tutelares, de procuradores, de defensores públicos, entre outros.

Vale ressaltar que o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI)<sup>3</sup> também estava atento aos desdobramentos das ações no Vale dos Sinos, tendo desempenhado um papel de destaque no estímulo à consolidação deste Fórum Permanente para a Erradicação do Trabalho Infantil.

Os resultados desta mobilização fizeram-se sentir já no ano seguinte, quando o IPEC/OIT interessou-se por elaborar um programa de ação que desse respostas à realidade de então. Neste momento, o IPEC tinha conhecimento dos acontecimentos no Vale dos Sinos por meio de dois de seus programas de ação que estavam envolvidos no apoio à mobilização em Novo Hamburgo e Dois Irmãos: o programa que dava apoio técnico e financeiro ao Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e o programa de ação implementado pela CUT, que visava justamente a estudar o assunto e conscientizar a sociedade sobre o problema do trabalho infantil.

A fim de descrever melhor os desdobramentos deste primeiro momento de mobilização, tanto em Franca como no Vale dos Sinos, será apresentada a seguir uma narrativa dos processos em cada uma destas localidades. Em primeiro lugar serão comentados os acontecimentos registrados em Franca, para, em seguida, descrever os acontecimentos no Vale dos Sinos.

## O PROCESSO EM FRANCA

A ampla mobilização de atores entre 1992 e 1994 constituiu-se em um indício de que um processo gradual de conscientização e mudanças estava se iniciando na região de Franca.

O Sindicato dos Sapateiros teve um papel de destaque neste processo por meio das incansáveis denúncias de trabalho infantil em Franca. Este papel fez com que o sindicato se tornasse alvo de ataques violentos por parte dos empresários, angariando ainda uma grande rejeição da opinião pública, que podia ser considerada “conservadora”, pois, nesta época, tanto pais como crianças acreditavam que o trabalho, em qualquer idade, dignificava o homem.

Em 1995, o Sindicato dos Sapateiros, em parceria com a Prefeitura Municipal, com o SENAI/SENAC e com o UNICEF, elaborou um programa de ação direta para atender crianças e adolescentes trabalhadores e suas famílias. Este

<sup>2</sup> Que permanece atuante até os dias de hoje ainda que a situação do trabalho infantil na região tenha mudado bastante, como será visto a seguir.

<sup>3</sup> Que foi criado no final de 1994 e tinha como objetivo propiciar uma instância aglutinadora e articuladora de agentes sociais institucionais, envolvidos com políticas e programas de promoção de medidas destinadas a prevenir e erradicar o trabalho infantil no Brasil.

projeto previa a concessão de uma bolsa de estudos, que possibilitaria a retirada das crianças de sua situação de trabalho propiciando, desta maneira, sua inserção imediata na escola e em atividades complementares. O projeto também previa o fornecimento de uma bolsa-aprendizagem para os adolescentes, ofertando, ainda, cursos profissionalizantes em diversas áreas. Somente em 1996, deu-se início às atividades deste projeto, que se estenderam até 1998.

Paralelamente a esta iniciativa, as alianças empresariais começaram a se articular, sendo que três organizações representativas de empresários fundaram, através do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, o Instituto Pró-Criança. Criado em outubro de 1995, o instituto era uma iniciativa de empregadores com “atuação sócio-comunitária” em favor da criança e do adolescente. Sua prioridade de atuação foi o combate ao trabalho infantil no setor calçadista de Franca por meio do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Setor Calçadista.

O apoio dado pela Fundação Abrinq foi fundamental para o desenvolvimento deste projeto, que tinha como um de seus objetivos promover uma associação de empresas da região para que assumissem o compromisso de não utilizar trabalho infantil, assim como não contratar terceiros que o utilizassem.

Vale ressaltar que, inicialmente, a mídia (tanto escrita como falada), em função das denúncias que circulavam, abordou o tema da erradicação do trabalho infantil como uma tentativa de destruir a economia de Franca, intervindo de maneira negativa e advertindo aos pais das crianças que o objetivo do programa era tirar das crianças a oportunidade de aprenderem uma profissão e de contribuírem no sustento de suas famílias.

Apesar de toda a polêmica causada, a Câmara de Vereadores de Franca, em 1995, instalou uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), visando ao debate e a apuração das responsabilidades dos envolvidos nas denúncias de trabalho infantil feitas a partir das pesquisas realizadas.

Um outro desdobramento destas ações foi a conquista de um expediente administrativo por meio da Procuradoria Regional do Trabalho. Este expediente possibilitou a abertura de alguns processos contra empresas que utilizavam o trabalho infantil, com desfechos positivos para os setores que estavam se mobilizando e atuando como agentes de coibição desta prática.

Buscando sempre manter a mobilização da opinião pública, o Sindicato dos Sapateiros e a CUT realizaram diversas campanhas, como a denominada “Lugar de Criança é na Escola: Não ao Trabalho Infantil” e a chamada “Criança e Escola: Feitas Uma para a Outra”. Como já foi dito, com o UNICEF, o Sindicato dos Sapateiros liderou um projeto para acabar com a prática do trabalho infantil na cidade, tendo mostrado que é possível trocar o trabalho precoce pela frequência escolar.

Através da contribuição financeira das empresas associadas, sua principal fonte de receita, o Instituto Pró-Criança também elaborou projetos de atendimento social, iniciando suas atividades em maio de 1996. O Instituto contava, nesta época, com a participação de 52 empresas da região, o que correspondia a cerca de 65% dos produtores de calçados locais. Foram implementados alguns projetos assistenciais de atendimento à criança e ao adolescente, bem como foi promovida a realização de um seminário sobre as experiências empresariais já conhecidas na eliminação do trabalho infantil.

Analisando o contexto nacional, vale lembrar que o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) foi criado também em 1996, pelo Governo Federal, através da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e tinha como objetivo básico promover o combate ao trabalho infantil em todo o país por meio da concessão de bolsas<sup>4</sup> para as crianças trabalhadoras e do engajamento destas em atividades complementares às atividades desenvolvidas na escola, que eram levadas a cabo em Jornadas Ampliadas.

Em outubro de 1996, ocorreu o “1º Encontro de Empresários pelos Direitos da Criança e do Adolescente” que resultou na criação, através do Instituto Pró-Criança, do Selo Pró-Criança. Juntamente com o selo “Empresa Amiga da

<sup>4</sup> Esta bolsa era e ainda é denominada Bolsa Escola Cidadã.

Uma  
Comissão  
Especial de  
Inquérito  
debateu e  
apurou as  
denúncias das  
pesquisas  
realizadas



A atuação da ANDI foi decisiva na mobilização da imprensa de Franca e modificou sua posição

Criança” da Fundação Abrinq, o selo Pró-Criança passaria a ser concedido às empresas que firmassem um compromisso de não empregar crianças em qualquer uma das fases da cadeia de produção das suas mercadorias.

A partir de 1997 o Instituto iniciou um processo de expansão de suas atividades em direção ao setor terciário, através de negociações com os proprietários das “bancas”, para que eles também aderissem ao acordo firmado entre as empresas. O número de empresas cadastradas ao programa adicionado às 800 bancas que se mobilizaram representou 75% da produção de calçados em Franca.

Neste período, a atuação da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) na cidade foi um fator decisivo de mobilização dos profissionais da imprensa de Franca. A mídia local modificou substancialmente seu posicionamento, tendo tido como impulsionadores a mídia nacional e internacional que passou, a partir de 1996, a defender teses favoráveis à erradicação do trabalho infantil.

A atuação de todos os atores mobilizados reforçou a necessidade de que a criança trabalhadora fosse tratada prioritariamente no âmbito da elaboração e implementação de políticas públicas. O reconhecimento deste princípio por parte da mídia local revelou uma importante mudança de seu comportamento. O novo papel desempenhado pela mídia concentrou-se em informar à população sobre o que estava ocorrendo.

É importante notar que neste momento grandes conquistas estavam se concretizando no Vale dos Sinos, e, em decorrência destes resultados, a Fundação Abrinq e o IPEC/OIT promoveram uma reunião de planejamento, em outubro de 1997, com representantes do Instituto Pró-Criança de Franca, da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (ABICALÇADOS) e da Fundação Semear de Novo Hamburgo – instituição responsável pela mobilização nesta cidade.

O ponto culminante desta reunião foi a constatação da necessidade de se criar um sistema de monitoramento e fiscalização das empresas que já utilizavam o selo Pró-Criança, para garantir, desta forma, a credibilidade, tanto nacional como internacional do Selo. Foi proporcionado pelo IPEC/OIT um apoio técnico para a criação deste sistema de controle que foi denominado “Missão do Programa de Auditoria do Pró-Criança”, (PAC), por meio do Instituto Pró-Criança. O encontro também resultou na assinatura do “Pacto do Setor Calçadista Brasileiro pela Erradicação do Trabalho Infantil” entre os membros participantes.

De volta a Franca, já em 1998, o PAC iniciou suas atividades de assessoramento do PETI realizando auditorias na observância dos direitos da criança e do adolescente, especialmente junto às empresas calçadistas de Franca compromissadas com o Instituto.

A avaliação final do programa foi realizada no primeiro semestre de 1999 e obteve resultados animadores quanto à problemática na região. Não houve evidências que comprometessem o PETI, em todos os prestadores de serviços auditados pelo PAC, no que tange à utilização de mão-de-obra infantil. Vale ressaltar que nesta ocasião ainda não havia sido realizada nenhuma auditoria com os prestadores de serviços quarteirizados.

Embora não tenha ocorrido uma articulação efetiva entre todos os atores sociais que se mobilizaram neste projeto, a saber, sindicatos dos trabalhadores e Prefeitura Municipal por um lado e de outro lado às empresas e as bancas terceirizadas, suas ações foram complementares para o desfecho de todo este processo, garantindo a erradicação do trabalho infantil na região.

## O PROCESSO NO VALE DOS SINOS

Frente à situação crítica existente em meados da década de 90 no Vale dos Sinos, que gerou o processo já aludido de investigação e mobilização na região, o IPEC decidiu elaborar e implementar um programa denominado “Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados do Vale dos Sinos”, por meio de uma cooperação técnica e financeira estabelecida entre o IPEC com a Associação do Bem Estar do Menor (ASBEM), sediada em Novo Hamburgo.

A ASBEM é uma entidade civil sem fins lucrativos que desenvolve projetos que visam atender gratuitamente crianças e adolescentes. Seu principal projeto era, e ainda é, o Centro de Iniciação Profissional (CIP), um espaço que fornece uma alternativa social a jovens carentes, através do desenvolvimento de vários cursos como marcenaria, aprendizagem comercial, corte e costura, informática e datilografia.

Além da ASBEM, o programa contou com o apoio de outros parceiros que foram envolvidos tanto na consolidação de seu plano de trabalho, como nas ações empreendidas. Dentre estes parceiros figuravam a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, o Senai, o SESI, o SENAC, o Banco do Brasil (Setor DASC), a Abicalçados, a Cáritas – Pastoral da Criança, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Jornal Novo Hamburgo e o recém instituído Fórum Permanente para a Erradicação do Trabalho Infantil do Vale dos Sinos.

Cada parceiro trabalhou coordenadamente, desempenhando um papel complementar aos esforços de todos: a Abicalçados, o SESI e o Banco do Brasil forneceram recursos financeiros e materiais para a implantação de núcleos de jornada ampliada, construídos posteriormente para realizar atividades complementares ao ensino das crianças; o Senai, que propiciou a supervisão técnica pedagógica dos cursos oferecidos, realizando a seleção e treinamento dos instrutores através do SENAC; o Jornal de Novo Hamburgo teve colaboração expressiva através da disseminação das conquistas do projeto, garantindo grande repercussão de âmbito nacional e internacional.

O acordo que instituiu o Programa de Ação foi assinado em maio 1996. O principal objetivo do programa era retirar as crianças e adolescentes do trabalho infantil no setor coureiro-calçadista nos municípios de Novo Hamburgo e Dois Irmãos e introduzi-las nas escolas. O programa iniciou suas atividades de ação direta em dezembro de 1996, tendo encerrado suas atividades em junho de 1998.

Este programa articulava-se nitidamente com a promoção do fortalecimento institucional do Fórum Permanente para Erradicação do Trabalho Infantil, que havia sido instalado nos dois municípios, consolidando-se como um importante espaço de discussões sobre o assunto na região. Por meio da atuação deste Fórum, conseguiu-se aumentar o impacto da Inspeção Trabalhista, o que garantiu a reintrodução de inúmeras crianças em atividades educativas em turno integral.

Como já foi aludido, o Fórum Permanente era um resultado das ações de mobilização da sociedade. Tinha como objetivo fundamental educar a sociedade local com relação ao trabalho infantil e angariar apoio e compromisso dos empregadores na não-inserção de crianças e adolescentes, em idade escolar, no ambiente de trabalho.

Para atingir o objetivo geral já descrito, o projeto pretendia:

- aumentar a capacidade e o impacto do Fórum Permanente para a Eliminação do Trabalho Infantil em cada um dos municípios, Novo Hamburgo e Dois Irmãos para liberar as crianças do trabalho e educá-las integralmente;
- retirar pelo menos 120 crianças do trabalho nocivo para matriculá-las no ensino regular, sendo 60 crianças de cada município;
- negociar um compromisso com empresários calçadistas organizados contra o emprego de crianças e para a proteção do trabalho infantil; e
- fornecer às mesmas crianças educação complementar, assegurando sua reabilitação e prevenindo o retorno ao trabalho.

Dentre as atividades previstas figuravam, entre outras, sub-contratar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para desenvolver uma pesquisa na região, identificar bairros pobres nos dois municípios para encontrar os ateliês onde as crianças de 7 a 14 anos trabalhavam e realizar seminários periódicos com cobertura municipal para informar os setores relevantes da vida pública da situação de trabalho infantil.

O Fórum  
Permanente  
para  
Eliminação do  
Trabalho Infantil  
no Vale dos  
Sinos foi  
resultado da  
mobilização  
social



Também foram elencadas atividades como a realização de reuniões e visitas periódicas de acompanhamento às famílias de alunos do projeto pelas assistentes sociais em cada município, assim com reuniões de acompanhamento com pais e mães. Finalmente, o programa propunha o encaminhamento de crianças para atendimento de saúde pelos técnicos, a elaboração, produção e distribuição de três informativos de estudos e a formação do clube de mães em cada núcleo como forma de integração e participação na vida dos filhos.

Os produtos efetivamente alcançados por este programa de ação foram:

- a instalação do Fórum Permanente de Novo Hamburgo e Dois Irmãos;
- a realização da campanha de Erradicação do Trabalho Infantil no Complexo Coureiro-Calçadista, com produção do cartaz “Não dê emprego a crianças. Dê escolas.”;
- a realização da pesquisa “Diagnóstico do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos” e sua divulgação;
- a produção do folder “Trabalho Precoce: Saúde e desenvolvimento físico sem risco”;
- o 1º Seminário de Combate ao Trabalho Infantil na Indústria do Calçado no Vale dos Sinos.

Além de inserir as crianças e adolescentes selecionados na escola, o programa ofereceu algumas atividades educacionais alternativas por meio da implementação de núcleos extraclasse, com funcionamento complementar ao período das aulas, de modo a suplementar o espaço ocupacional das crianças com atividades educativas.

Neste primeiro momento, uma das maiores dificuldades do programa era lidar com o fato de que o trabalho infantil era visto, pelas próprias crianças e adolescentes de ambos os municípios, como uma forma legítima de ajudar suas famílias e também de ocupar o tempo ocioso. Os pais também eram favoráveis à permanência das atividades laborais de seus filhos uma vez que acreditavam que, por meio do trabalho, as crianças estavam adquirindo educação e profissionalização.

Vale acrescentar que, no Vale dos Sinos, os índices de evasão escolar eram altos e as repetências atingiam as crianças que eram acometidas de notável cansaço físico e mental. Percebia-se também uma grande carência afetiva e uma baixa auto-estima nos núcleos familiares mais carentes, o que resultava em desvalorização da família. Destacava-se ainda no município de Novo Hamburgo a existência de altos índices de violência escolar, evidenciados por brigas freqüentes entre alunos, depredações e vandalismos.

Quanto à produção da pesquisa detalhada que subsidiaria as ações do programa e orientaria suas atividades subseqüentes, dentre as três propostas de projeto de pesquisa enviadas para a ASBEM, foi selecionada a do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ainda no ano de 1996.

O objetivo desta investigação era identificar o número de crianças e adolescentes que trabalhavam no setor de calçados, buscando analisar as razões econômicas, históricas e sociais desta inserção precoce no mercado de trabalho.

A pesquisa identificou 442 crianças que trabalhavam tanto em “ateliês” – considerados aqui como pequenas empresas subcontratadas pelas indústrias para realizar parte da produção de calçados - como também em casa. Das 442 crianças encontradas, 108 foram entrevistadas e responderam a um questionário semi-estruturado.

O primeiro dado alarmante levantado foi o alto índice de reprovação das crianças que trabalhavam: em Dois Irmãos, 68% das crianças trabalhadoras já haviam sido reprovadas pelo menos uma vez. Este índice atingia 46% das crianças em Novo Hamburgo. Dentre estas crianças trabalhadoras, mais de 80% trabalhavam nos “ateliês”.

O principal motivo alegado para justificar o envolvimento das crianças com o trabalho era a necessidade econômica e a falta de alguma atividade alternativa ou mesmo de lugar para as crianças ficarem enquanto seus pais trabalhavam. Com relação aos aspectos culturais apurados, as famílias declararam preferir ver seus filhos trabalhando a vê-los nas ruas, inutilizados e à mercê de gangues e drogas.

A evasão  
escolar e as  
repetências  
eram altas  
devido ao  
cansaço físico  
e mental

Ainda segundo o relatório da pesquisa, as crianças trabalhavam expostas a solventes orgânicos, contidos na cola e nos diversos produtos químicos utilizados na produção dos calçados. Estes produtos eram manuseados pelas crianças principalmente nas produções de nível artesanal, representadas pela mão-de-obra doméstica em “ateliês” ou mesmo em seus respectivos lares.

Após a consolidação do estudo, foi realizado no âmbito do Programa de Ação, em novembro de 1996, o I Seminário de Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados do Vale dos Sinos. Além de discutir os dados levantados pela investigação da UFRS, os participantes analisaram uma proposta de acordo com os trabalhadores da região para eliminação do trabalho infantil no setor, que obteve resultados positivos.

Um mês após a realização deste seminário, o programa começou a articulação para a retirada do trabalho infantil das 120 crianças previstas nos objetivos imediatos do plano de ação. O mecanismo de escolha das crianças a serem beneficiadas foi definido durante uma série de reuniões do Fórum Permanente de Dois Irmãos e de Novo Hamburgo. Estas reuniões contaram com a participação expressiva da comunidade e de representantes das escolas.

O critério para seleção das crianças a serem beneficiadas teve como base os dados levantados pelo estudo da UFGRS bem como dados levantados juntos às escolas. Uma vez selecionado o público-alvo, foram realizadas visitas domiciliares para comprovação da necessidade de inclusão das crianças previamente escolhidas. Diferentemente de Dois Irmãos, em Novo Hamburgo só foi possível contatar as escolas e receber os endereços dos alunos trabalhadores deste município em dezembro de 1997. As visitas domiciliares só puderam acontecer em janeiro de 1998, seis meses antes do término do programa.

Vale ressaltar que, no município de Novo Hamburgo, os trabalhos ocorreram de forma mais lenta devido a diferenças substanciais entre os dois municípios, como o número maior de habitantes de Novo Hamburgo e alguns entraves com a mudança do Governo Municipal.

Já em 1997 a Secretária de Estado do município de Dois Irmãos conseguiu organizar uma reunião geral com todos os diretores de Escolas Municipais da Região a fim de viabilizar uma visita a cada escola para coleta de mais dados sobre as crianças trabalhadoras. Por meio das escolas, foram feitas reuniões com os pais das crianças trabalhadoras detectadas, tentando conscientizá-los a aderirem ao programa. Essa adesão significaria que seus filhos deveriam passar meio turno na escola e meio turno nas atividades extraclasse, sendo que estava previsto o pagamento de um bolsa por família.

Em julho deste ano, a Fundação Semear, instituída pela ACI (Associação Comercial da Indústria) nos moldes do Instituto Pró-Criança de Franca, assinou um termo de cooperação com a ASBEM. A Fundação Semear participou então das ações promovendo campanhas junto às empresas para angariar financiamento para os projetos de atendimento às crianças e adolescentes em Novo Hamburgo e Dois Irmãos. Os recursos foram alocados nos Fundos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e repassados a projetos de prevenção e eliminação do trabalho infantil.

A pesquisa da UFGRS havia constatado que existia uma concentração de crianças trabalhadoras em dois locais de Novo Hamburgo: 1) Roselândia, onde a Prefeitura já dispunha de um núcleo de atividades extracurriculares e desde de março de 1997 vinha trabalhando com um grupo de 20 crianças; e 2) Vila Iguazu, ainda sem Núcleo. Em Dois Irmãos foi implantado o núcleo Dois Irmãos, que deveria atender 60 crianças.

A Fundação Semear e a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo deram início a algumas tentativas de abrir um núcleo extraclasse na Vila Iguazu, até então inexistente. Através de um repasse do Fundo do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a ASBEM assumiu o funcionamento do núcleo. Em julho de 1997 ocorreu a sua abertura oficial, contando com as 40 crianças e adolescentes selecionados, complementando os 60 propostos pelo projeto. Elas batizaram mais tarde este núcleo de “Mundo da Criança”.

Paulatinamente as crianças selecionadas foram integradas ao Programa. As famílias cujos filhos foram escolhidos, bem como suas comunidades, começaram a ser instruídos sobre a problemática do trabalho infantil. Iniciou-se, ainda neste momento, projetos-piloto de geração de emprego e renda para as famílias dos beneficiados.

As famílias e comunidades começaram a ser instruídas sobre a problemática do trabalho infantil



Os pais  
começaram a  
perceber as  
mudanças nos  
filhos que  
recebiam  
noções de  
cidadania

Notou-se que a falta de estímulos educacionais e afetivos, em função do desempenho de atividades laborais precoces, causou em algumas crianças um notável déficit de aprendizagem. Fazendo frente a isso, o engajamento das crianças nas atividades extraclasse permitiu que os alunos percebessem outras alternativas de vida. Este resultado preliminar foi extremamente importante, uma vez que a pesquisa feita pela UFRGS havia detectado entre pais e filhos um sentimento de 'auto-subjugamento', como se não houvesse possibilidade de melhoria de suas condições de vida.

Gradual e progressivamente, os pais começaram a perceber a importância das mudanças concretizadas pelo programa. Seus filhos agora estavam sendo orientados por uma equipe multiprofissional, preocupada em repassar para os mesmos importantes noções de cidadania.

Vale registrar que um código de ética foi negociado no setor calçadista, através da conscientização dos empresários e dos terceirizados de que a utilização de mão-de-obra infantil é uma violação ao pleno desenvolvimento das crianças e a seu direito de estudar. Este código de ética não se referia a um acordo formal, mas a um compromisso consensual que obrigava os empresários a não contratarem mão-de-obra infantil e a se responsabilizarem pelo controle desta prática no setor de terceirização.

Em Dois Irmãos, o Núcleo de Atividades Extra-classe do Projeto ASBEM – IPEC/OIT foi repassado à comunidade representada pela Prefeitura, pelo SESI e demais parceiros, em dezembro de 1997. A idéia era de que estes órgãos dessem continuidade aos trabalhos desenvolvidos e evitassem que as crianças retornassem ao trabalho. Em Novo Hamburgo as atividades dos Núcleos do Bairro Roselândia e Vila Iguaçú continuaram até o final do Convênio ASBEM-OIT/IPEC, em julho de 1998. A parceria das prefeituras e dos empresários da região garantiu a sustentabilidade e a continuidade das ações do projeto.

## DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES

Após o encerramento do convênio entre ASBEM e IPEC/OIT, o desenrolar dos acontecimentos ocorreu de forma tranqüila e satisfatória. A única interrupção desta calma deu-se durante um breve período, quando o Núcleo Iguaçú, em Novo Hamburgo, enfrentou um problema de segurança quando as reuniões aconteciam fora de seu horário habitual. No entanto, mesmo assim os pais continuaram a participar voluntariamente do projeto e mostraram assim sua confiança no trabalho desenvolvido.

O novo Governo Estadual, eleito em 1998, implementou o projeto Bolsa-Escola que visava a garantir uma renda mínima para as famílias que mantivessem seus filhos matriculados no ensino fundamental. Houve também neste período uma ação por parte do Governo Federal com o projeto "Toda Criança na Escola", que garantia à mãe uma cota mensal em dinheiro para incentivar e manter seu filho na escola.

O programa de ação em foco, que deveria atender 120 crianças conforme o convênio, abrangeu ao todo 170 crianças, sendo 84 delas em Novo Hamburgo e 58 em Dois Irmãos. Foi solicitado ao Fórum, ainda em 1998, que identificasse com urgência as crianças que ainda não haviam sido atendidas, dentre as 442 crianças registradas na pesquisa inicial da UFRGS.

Neste mesmo ano, no município de Dois Irmãos foi instalado o Projeto Desenvolvimento Global da Criança, uma parceria entre a Prefeitura de Dois Irmãos, o Serviço Social da Indústria (SESI) e do Sindicato da Indústria de Calçados de Dois Irmãos. Este projeto sucedeu a atuação da ASBEM e do IPEC na região, assumindo as 80 crianças que estavam no programa e ampliando o atendimento para 150 novas crianças. A meta deste projeto, que permanece vigente, é chegar a 300 crianças.

Ainda em meados de 1998, o IPEC/OIT realizou uma missão de monitoramento do projeto implementado no Vale dos Sinos. Iniciou-se com uma visita ao Secretário Geral do Planejamento da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo,



que confirmou o compromisso da Prefeitura em assumir, a partir da segunda quinzena de julho/98, o projeto “Núcleo Mundo da Criança”, que foi implementado em Vila Iguçu.

Discutiu-se nesta ocasião sobre o andamento do projeto de geração de renda, que estava sendo realizado com os pais das crianças de Vila Iguçu e com os alunos do CIP em idade profissionalizante. A longo prazo, o projeto formará cooperativas para confeccionar uniformes e reformar roupas, viabilizando, portanto, sua sustentabilidade.

O ano de 1999 foi marcado por uma recuperação expressiva da atividade industrial no setor coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos. Esta retomada econômica deu-se na medida em que a moeda brasileira sofreu uma forte desvalorização, bem com em função de uma medida do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que lançou um programa de revitalização industrial obtendo resultados satisfatórios na região.

Em abril de 1999 foi realizada, em Novo Hamburgo, a reunião de avaliação do impacto do projeto “Combate ao Trabalho Infantil no Setor de Calçados do Vale dos Sinos”, coordenada pela instituição que então presidia o Fórum Permanente: a Subdelegacia do Trabalho e Emprego de Novo Hamburgo.

Foi discutida a continuidade dos trabalhos do Fórum Permanente, enquanto instrumento de articulação e mobilização da sociedade civil e do poder público, bem como a ampliação das ações de erradicação de trabalho infantil. Foi proposta a instauração de mecanismos de complementação e geração de emprego e renda para as famílias, bem como a implementação de sistemas de fiscalização e monitoramento permanentes, como prevenção ao regresso e ingresso das crianças no trabalho.

Por ocasião desta reunião de avaliação, o programa de ação foi considerado bem sucedido por todos os seus participantes. Com relação à categoria escola, em Novo Hamburgo houve retorno à escola de alguns alunos que haviam abandonado a mesma, e em Dois Irmãos houve indicadores de sucesso escolar através da melhora nas notas, cumprimento e coerência com os temas propostos pelas disciplinas em sala de aula, aumento da atenção em sala de aula e aprovações sem recuperação. Nos dois casos apresentados, nota-se uma relevante conscientização da importância e importância da escola na formação de cada indivíduo.

Com relação à categoria família, o município de Novo Hamburgo indicou melhora na relação familiar através da manifestação de maior segurança física e emocional, agora transmitida pelos pais, assim como um aumento da auto-estima familiar através do resgate de valores como os de responsabilidade, companheirismo e respeito mútuo. Em Dois Irmãos, o principal indicador de sucesso foi uma nova percepção dos pais sobre seus filhos, dando a eles a oportunidade de “serem crianças” e percebendo a importância de não emancipá-los à vida adulta precocemente.

Quanto à categoria trabalho, a avaliação de impacto pode verificar que, em Novo Hamburgo, a percepção das crianças e adolescentes sobre o trabalho de tipo regularizado e repetitivo é uma responsabilidade dos adultos, ainda que os mesmos percebam o trabalho revestido em forma de “ajuda”, como algo possível e justo. A diferença em Dois Irmãos se dá na oposição radical entre trabalho — atividade recomendada para adultos — e a escola, que passa a ser uma referência para o desenvolvimento infantil.

Dentre as principais ações desenvolvidas no núcleo de Dois Irmãos podem ser destacadas: reuniões periódicas com a equipe de trabalho e com os pais das crianças atendidas; acompanhamento das famílias pelo serviço social; acompanhamento psicológico às crianças e às famílias; aulas de computação e datilografia; atendimento odontológico a todos os inscritos no núcleo; atividades pedagógicas, lúdicas, esportivas e artísticas.

Em Novo Hamburgo, os núcleos Roselândia e Iguçu desenvolveram de forma semelhante as respectivas atividades: reuniões semanais entre a equipe multidisciplinar e a coordenação técnica do projeto; reuniões com pais de crianças e adolescentes conforme a necessidade; acompanhamento psicológico às crianças e às famílias; atendimento médico e odontológico nos postos de saúde dos municípios; atividades pedagógicas desportivas, recreativas, artísticas e de reforço escolar, entre outras.

A avaliação  
dos resultados  
indicou  
melhora na  
relação familiar  
e aumento da  
auto-estima  
familiar



Mais recentemente, foi realizada uma Avaliação Ex-Post do Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Vale dos Sinos, em 2001. Esta avaliação trouxe mais confirmações positivas sobre o trabalho realizado. As mudanças ocorridas nas regiões estudadas são percebidas pela população local como fruto do projeto IPEC/OIT e também de políticas locais e nacionais.

Um outro dado relevante levantado a partir desta avaliação foi a reforma educacional realizada nas duas regiões estudadas, com as crianças em idade escolar devidamente matriculadas, havendo inclusive um aumento da oferta de vagas no ensino público.

Foram desenvolvidos outros projetos junto ao SENAI e SENAC incentivados pelo sucesso em Franca e no Vale dos Sinos, como o Pró-Criança/Azaléia na cidade de Paraboé, que foi realizado com o intuito de gerar uma formação profissional para os jovens desta região.

Fora do setor coureiro-calçadista, o CIP, administrado pela ASBEM, passou a fornecer cursos profissionalizantes para jovens entre 14 e 18 anos, ampliando a assistência a crianças trabalhadoras de ruas que atuam como vendedoras ou catadoras de lixo.

Este estudo apontou também para a necessidade da inclusão de outros projetos como complementação às atividades já conquistadas, bem como para a premência de que seja dada uma continuidade ao projeto inicial. A avaliação propõe uma complementação de renda para as famílias que retiraram suas crianças do trabalho e as inseriram no projeto; a ampliação do número de crianças atendidas; e a participação da sociedade civil, incluindo um envolvimento maior das famílias. Além da busca de incentivo do empresariado local para novos investimentos, assim como ocorreu de maneira bem sucedida em Franca.

Com relação a questões metodológicas, a divulgação e sistematização do modelo do projeto foram consideradas de sucesso pela equipe de avaliação, possibilitando e criando novas oportunidades de investimentos no setor.

Nas incursões realizadas no ano de 2001, não foi constatado o trabalho infantil em nenhuma das unidades de produção trabalhadas pelo projeto. Segundo a avaliação da Secretária do Trabalho e Assistência Social do Governo do Estado, seria ainda viabilizado o atendimento das 70 crianças que foram detectadas no ano de 2000 e que seriam atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal.

Os avaliadores indicaram também que o projeto deveria e poderia ser expandido para os outros municípios que se encontram ainda em situação semelhante à situação inicial encontrada nos municípios já trabalhados.

## CONCLUSÃO

Desde de o início dos anos 90, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a necessidade de proteger as crianças dos riscos e da exploração mobilizou grupos de cidadãos brasileiros, advindos de diversos setores sociais. O descontentamento com relação às situações de violação dos direitos da criança e do adolescente já havia ficado claro durante o processo de elaboração da Constituição Federal promulgada em 1988.

As ações de combate ao trabalho infantil, implementadas em Franca e no Vale dos Sinos foram de essencial importância face à situação de urgência com relação à violação dos direitos das crianças nestas localidades, o que demandava mudanças radical nas práticas sociais laborais ali registradas.

Em ambos os casos, a exposição de crianças à cola e aos solventes orgânicos, as precárias condições de trabalho e as longas jornadas eram claros obstáculos ao seu bom desenvolvimento. Aliado a estas condições vergonhosas, persistia o descaso da população e das autoridades locais frente à necessidade e importância de oportunidades de formação educacional.

No início dos anos 90, a utilização de mão-de-obra infantil foi, em grande medida, gerada pelo aumento do desemprego, pela existência de baixos salários, bem como pela desregulamentação do mercado de trabalho (que permitiu o surgimento de fenômenos como as bancas e ateliês de serviços “terceirizados” e “quarterizados”). Esta situação irregular propiciava a entrada de crianças e adolescentes em atividades laborais, o que era agravado pela falta de conhecimento, por parte da sociedade sobre os malefícios do trabalho infantil.

No Vale dos Sinos, devido a problemas na infraestrutura regional, que não era capaz de atender devidamente a população (especialmente no que tangia à oferta de escolas públicas, gratuitas e de qualidade) o trabalho infantil foi, na maioria dos casos, a alternativa encontrada pela família para aumentar sua renda depreciada. Conseqüentemente, mais do que tirar a criança do trabalho, foi necessário, para o sucesso do programa, criar oportunidades complementares de geração de renda para os adultos responsáveis por essas crianças.

Já em Franca, o problema talvez fosse mais relacionado aos aspectos culturais uma vez que a prática do trabalho em família era uma forte herança cultural, havendo uma grande resistência por parte da sociedade no sentido de perceber o trabalho infantil como um problema.

Nesta região, o trabalho infantil era visto como uma boa prática, que era reforçada por meio da cumplicidade dos pais em aceitar que seus filhos trabalhassem e da falta de interesse do empresariado local em criar políticas públicas com o objetivo de ajudar a resolver a questão da exploração de mão-de-obra infantil. Portanto, além de trabalhar aspectos de ação direta para a erradicação desta prática, foi necessário um longo processo de conscientização da população.

Hoje os êxitos alcançados são muitos e podem ser facilmente enumerados. Em Franca, os pontos positivos das ações desenvolvidas foram marcados principalmente pela implantação de um processo concreto de conscientização e mobilização da sociedade no que se refere à questão do trabalho infantil, aliado ao engajamento e valorização da organização de setores direcionados à defesa e à proteção das crianças e dos adolescentes (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretaria da Educação, Secretaria de Ação e Cidadania, Secretaria da Saúde, etc).

A sustentabilidade e o sucesso destas atividades demonstram-se por meio do surgimento de novos atores (que deram continuidade aos desdobramentos ocorridos com a implementação do programa no município) e com a demonstração da população de uma grande valorização da criança, que é vista agora como um ser em formação, com necessidades e direitos específicos e diferentes dos demais, especialmente no que se refere ao direito à educação.

No Vale dos Sinos as conquistas alcançadas também se expressam com a criação e o atual funcionamento de entidades direcionadas à proteção dos direitos da criança e do adolescente, assim como por meio do sucesso da atuação dos núcleos extra-classe.

Além disso, a qualificação de mão-de-obra na região criou uma possibilidade concreta de futuro profissional para os jovens atendidos no CIP. Em outubro de 1996, o jornal de Novo Hamburgo já publicava o sucesso da iniciativa, narrando a história de Luis Carlos, de quinze anos, que pela manhã era atendido pelo CIP aprendendo marcenaria, e pela tarde cursava a 5ª série do ensino fundamental na Escola Estadual Borges de Medeiros. Segundo sua declaração, ele demonstrou grande satisfação com sua nova condição e ambicionava “sair do CIP para trabalhar em uma empresa”, ganhando um bom salário.

O programa de erradicação do trabalho infantil no complexo coureiro-calçadista foi, em ambos os casos, uma importante conquista social que pode e deve ser expandida para outras regiões do país, e também para outros setores em que existam crianças trabalhando. Em poucos anos, os projetos desenvolvidos conseguiram disseminar junto à população a noção de que cada criança tem direito ao seu pleno desenvolvimento, não sendo justo que esse direito seja violado por meio de seu engajamento no trabalho.

Em Franca  
havia grande  
resistência da  
sociedade no  
sentido de  
perceber o  
trabalho infantil  
como um  
problema



Os fatos narrados demonstraram a concretização de mudanças efetivas na estrutura das famílias atendidas, tendo respondido ao chamado da necessidade da união de forças e interesses visando o combate ao trabalho infantil, ainda tão disseminado. Vale registrar, uma vez mais, que a atuação efetiva da sociedade civil aliada ao poder de alcance e de impacto da mídia são fundamentais para o sucesso deste tipo de intervenção.

## MATERIAL DE PESQUISA

### **Arquivos do IPEC do programa de ação “Combate ao Trabalho Infantil na Indústria de Calçados do Vale dos Sinos”**

Agreement

Síntese de diagnóstico da situação do município de Novo Hamburgo (CMDCA de Novo Hamburgo)

Plano de Ação - Projeto de combate ao trabalho infantil - Núcleo Dois Irmãos

Ante projeto “Costurando, reformando e criando”.

Projeto de pesquisa (Diagnóstico do trabalho infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos)

Diagnóstico do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos (relatório de pesquisa) com disquete

Diagnóstico do trabalho infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos. 1997 (Memória Executiva)

Relatório de Monitoramento do projeto

Relato do projeto de dez/96 a mar/97

Síntese das atividades desenvolvidas pela ASBEM-NH durante o programa com o IPEC

Relatório referente à evasão do núcleo de Dois Irmãos

Cartilha Efeitos do Trabalho na Saúde de Crianças e adolescentes. Mtb/ DRT-RS

### **Arquivos do IPEC sobre a avaliação ex-post no Vale dos Sinos**

Avaliação do Impacto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Novo Hamburgo e Dois Irmãos.

Relatório avaliativo

Relatório final

### **Materiais avulsos encontrados nos arquivos do IPEC sobre o setor calçadista**

Regimento interno do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do trabalho infantil

Relatório do 1º Seminário dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região Sul de 1995

Relatório da Plenária sobre criança e adolescente, em 07/12/95

Complexo Coureiro-calçadista (Ana Paula Fontenelle Gorini e Sandra Helena Gomes de Siqueira).

Encuesta sobre proyectos relativos a la eliminacion progresiva y la prevencion del trabajo infantil.

Cópia do texto Marcha Global Contra o Trabalho Infantil “da Exploração à Educação”.

# Uma infância meia-sola

Franca teme boicote dos EUA à importação de sapatos por causa de menores que cheiram cola no trabalho

GILBERTO NASCIMENTO

Revista Istoé, 19/04/95

Ubrindar os visitantes de outras cidades, já no aeroporto local, com uma indagação presunçosa: "Vocês sempre saem do Terceiro Mundo para passear no Primeiro?". A pretensão tem os seus motivos. O município de 253 mil habitantes tem uma única favela, com 95% de...

...a pelo União das Nações Unidas para a Infância) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). De 1.561 crianças entrevistadas, 56% ganhavam até meio salário-mínimo, 12% tinham salário e



# Entidade vai tirar crianças do trabalho

Esta é a resposta das indústrias de Franca às acusações do Unicef



Diário da Franca, 06/10/95

...e favorecer o seu desenvolvimento em todos os sentidos será implementada na cidade pelo Sindicato da Indústria de Calçados de Franca...

emprego dos adultos, quando deveriam estar na escola". Existem hoje na cidade cerca de 400 indústrias de calçados empregam 25 mil trabalhadores. Os dez mil são utilizados no processo de terceirização e, desse total, quatro são crianças, estima Faccirolli.

A tensão cresceu depois que o Ministério Público começou a investigar os prejuízos causados pela terceirização. Em novembro, a Procuradoria do Trabalho de Campinas promoveu uma ação civil pública contra as empresas de calçados. Ao julgar a ação no mês passado, o juiz José Otonário Souza Ferreira, da Junta de Conciliação e Julgamento de Franca, decidiu proibir a terceirização que permitisse a contratação de crianças...



De perto: Armand Pereira (à frente) e Grajev conhecem Núcleo de Vivência da vila Iguaçu

# Infância em busca de cidadania

Crianças que integram a Marcha Global relatam histórias de exploração da mão-de-obra infantil

MARLEI FERREIRA

O corpo franzino, bonê na cabeça e o sorriso tímido do sergipano José Boquim, 12 anos, revela a dura realidade vivida por milhares de crianças do Nordeste e Sul do Brasil nas condições de trabalho...

bem ao futuro, pela ausência de...

Jornal NH, 03/03/98

...desenvolvidos no Vale do Sinos para devolver a cidadania a ex-pequenos trabalhadores. Em Igrejinha, visitaram o Centro de Vivência para a Infância e Adolescência do Serviço Social da Indústria (Sesi), em funcionamento há seis anos, e conheceram...

Przemiska, 12 anos, de 1990. Os dois juntaram-se à Marcha Global, representando o setor de calçadista, e seguirão para a Argentina. Mais quatro brasileiros, retirados de...

# Instituto de Franca vai atender 3.000 crianças

Pró-Criança pretende oferecer reforço alimentar, atividades culturais e lazer aos menores da periferia

Da Reportagem Local

De 3.000 a 4.000 crianças e adolescentes carentes de Franca devem começar a receber assistência a partir da próxima semana por intermédio do instituto Pró-Criança.

A diretoria do Pró-Criança (Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente) foi oficializada ontem e começa a funcionar na próxima semana.

Segundo o calçadista Elcio Jacometti, presidente do instituto, as indústrias da cidade vão investir R\$ 1 milhão em...

criança a ser atendida esteja na escola.

Coutinho diz que uma das principais metas do Pró-Criança é oferecer escolas, além de tirar a criança da exploração de trabalho, é incentivar o estudo.

O programa vai funcionar em vários núcleos espalhados na periferia da cidade para atender as crianças e adolescentes locais próximos de suas casas.

A idéia da criação do instituto segundo Jacometti, surgiu da necessidade de formar profissionais mais capacitados para o mercado das indústrias de calçado de Franca.

"Não vamos parar de produzir calçados. Uma das formas de conseguirmos bons profissionais é oferecermos escolas e cursos profissionalizantes e orientações para a formação de adolescentes", diz Jacometti.

O Instituto Empresarial de Apoio à Formação da Criança e do Adolescente foi criado...



Folha de São Paulo, 16/11/95

## EDITORIAL

# Volta ao bom senso

A criação do Pró-Criança, instituto que vai alimentar, educar e ensinar uma profissão aos menores carentes de Franca, representa um avanço social importante e uma decisão sensata por parte do município.

...dade, chegaram a sofrer ameaças de boicote por parte de seus principais compradores, os importadores norte-americanos.

Folha de São Paulo, 19/11/95

A constatação, pela pesquisa, que 65% das crianças entrevistadas trabalhavam por meio salário mínimo mensal em bancas de costura, foi na época...

